



Mobilizando investimentos verdes nos estados brasileiros



Lições para o Financiamento Climático

Autores: Luis H. Zamarioli, Champa Patel, Leonardo Lima

Relatório de Políticas

Under2 Coalition

Outubro de 2025



UK Government

Powered by



Índice

Resumo Executivo	03
01 Contexto	07
02 Transformando Planos em Plataformas de Investimento: Construindo Prontidão Institucional	08
03 Fortalecendo as Bases Institucionais: Governança Transversal e Orçamentos alinhados ao Clima	12
04 Dos Dados às Decisões: o MRV como Ponte entre Política e Finanças	16
05 Desenvolvendo Pipelines Investíveis	18
06 Além das Consultas: Engajamento Estratégico de Stakeholders	22
07 Garantindo Impacto: Gestão de Riscos Socioambientais e Fortalecimento de Cobenefícios	25
Recomendações	27
Conclusão	29
Agradecimentos	30



Resumo Executivo

A COP30 em Belém marca uma fase decisiva da agenda climática global, caracterizada pela implementação no lugar de novos compromissos. O prazo de setembro de 2025 para submissão das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) revisadas representou o primeiro ciclo completo das NDCs 3.0 sob o Acordo de Paris. Coletivamente, esses compromissos atualizados indicam avanços importantes – muitos países reforçaram suas estruturas de governança, integraram a adaptação de forma mais sistemática e reconheceram o papel dos atores subnacionais e não estatais.

A NDC 3.0 do Brasil (2024) formaliza o princípio do “federalismo climático”, incorporando governos estaduais e municipais como atores indispensáveis na mitigação e adaptação. Os estados subnacionais detêm instrumentos políticos decisivos em setores como energia, uso da terra, transporte e indústria, mas enfrentam um déficit persistente de financiamento: embora executem grande parte das ações climáticas no território, apenas uma pequena parcela dos recursos financeiros chega até eles.

Superar essas lacunas sistêmicas – conectando a ambição nacional à execução local e aos fluxos de recursos – é essencial para que a COP30 marque a transição de um progresso incremental para uma transformação efetiva.

Este relatório integra o projeto *Mobilizando Investimentos Verdes para Estados Brasileiros*, financiado pelo UK PACT Brasil e liderado pelo Climate Group, em parceria com a ERM. Como um dos principais produtos do projeto, foi criada uma Comunidade de Prática para promover aprendizado entre pares e troca técnica entre governos subnacionais. Ao longo de 2025, essa comunidade reuniu representantes das áreas de finanças e meio ambiente de dez estados brasileiros em consultas e sessões técnicas, identificando desafios e compartilhando experiências sobre como ampliar o financiamento climático subnacional. As conclusões e percepções geradas nesse processo fundamentam a análise apresentada neste relatório.



Áreas de foco:

Foram identificadas seis áreas prioritárias para fortalecer as pipelines de projetos climáticos e atrair investimentos:

- **Planos de transição climática:** Planos setoriais e intersetoriais voltados a investidores, que traduzem a ambição em metas com prazos definidos, carteiras programáticas e pipelines priorizadas, proporcionando clareza e reduzindo riscos políticos.
- **Governança transversal e orçamentos climáticos:** Coordenação transversal de alto nível – especialmente com as pastas de Finanças e Planejamento – e adoção de orçamentos verdes ou climáticos, alinhando planejamento, decisões fiscais e execução. Esses mecanismos fortalecem a credibilidade perante financiadores.
- **Monitoramento, verificação e reporte (MRV):** Plataformas públicas de MRV que acompanham riscos, impactos socioambientais e cobenefícios reduzem assimetrias de informação, viabilizam o financiamento baseado em resultados e apoiam a gestão adaptativa.
- **Bancabilidade de projetos:** Adoção precoce de triagens de dupla materialidade (adicionalidade climática e viabilidade financeira), agregação e padronização de projetos, além do uso estratégico de estruturas financeiras híbridas (*blended finance*) pode atrair capital privado e ampliar impactos econômicos sistêmicos.
- **Engajamento de stakeholders além das consultas:** Processos estruturados e contínuos de engajamento com municípios, comunidades, universidades, financiadores e setor privado reduzem riscos políticos e sociais, ampliam impactos e podem gerar oportunidades de coimplementação ou receita.
- **Riscos socioambientais, salvaguardas e cobenefícios:** A adoção de salvaguardas mínimas (incluindo consentimento livre, prévio e informado; mecanismos de queixa; padrões de biodiversidade e de trabalho) e de indicadores transparentes de cobenefícios transforma integridade em atratividade para investidores e protege a geração de valor no longo prazo.

Ao enfrentar esses desafios, os estados podem fortalecer seus impactos, garantir continuidade política e destravar o financiamento necessário para uma transição justa e alinhada ao Acordo de Paris.

Garantindo uma abordagem transversal

Diversas experiências surgiram do engajamento com governos estaduais e atores financeiros em torno dessas seis áreas prioritárias. Em primeiro lugar, é essencial adotar uma abordagem programática transversal, e não de projeto-a-projeto (*ad hoc*): a agregação, padronização e estruturação de portfólios reduzem custos de transação e viabilizam investimentos em escala. Em segundo lugar, migrar de uma lógica de conformidade normativa para uma de construção de confiança reposiciona sistemas de MRV, orçamentos e salvaguardas não como exigências burocráticas, mas como instrumentos que constroem a credibilidade necessária para os financiadores.

Em terceiro lugar, o financiamento deve buscar múltiplas fontes, combinando capital concessionário e comercial – frequentemente por meio de fundos estatais ou bancos públicos de desenvolvimento – para reduzir riscos e engajar investidores privados desde as fases iniciais dos projetos. Isso é crucial para alcançar uma transição de toda a economia. Por fim, a própria prontidão institucional é passível de investimento: reformas em governança, desenvolvimento de taxonomias e estruturas de transparência podem ajudar a atrair financiamento quando associadas a pipelines sólidas e resultados mensuráveis.

Esses aprendizados refletem tanto os desafios enfrentados pelos estados brasileiros quanto as soluções práticas que começam a emergir globalmente. As conclusões apresentadas neste relatório buscam iniciar, e não encerrar, esse diálogo. A aprendizagem contínua baseada na prática – aliada a um engajamento aberto e permanente entre governos subnacionais e provedores de financiamento – será fundamental para garantir que os recursos fluam para onde são mais necessários: para o nível subnacional.



Resumo das Recomendações

Para os governos estaduais:

- Institucionalizar conselhos climáticos intersecretariais que incluam representantes das áreas de finanças.
- Publicar planos de transição com setores prioritários e direções para o desenvolvimento de pipelines de projetos bancáveis.
- Implementar mecanismos de orçamento temático climático e avaliações de risco fiscal.
- Desenvolver plataformas públicas de MRV alinhadas a indicadores compreensíveis para investidores.
- Criar a bancabilidade de projetos desde a sua origem, utilizando garantias e abordagens por portfólio; bancos de desenvolvimento subnacionais e agências estaduais de fomento podem desempenhar papel essencial ao fornecer *expertise* de mercado de capitais e alavancar investimentos públicos por meio de *blended finance* e outros mecanismos financeiros inovadores.
- Formalizar parcerias com municípios, setor privado e sociedade civil organizada; adotar salvaguardas e quantificar cobenefícios.

Para outros atores:

- Governo Federal: Alinhar taxonomias, regras fiscais e estruturas de transparência às necessidades e pipelines subnacionais de projetos.
- Bancos multilaterais, instituições financeiras de desenvolvimento e fundos climáticos: Financiar a prontidão institucional, expandir instrumentos de garantia baseado em resultados, além de padronizar a documentação.
- Investidores privados: Participar desde as fases iniciais de estruturação de projetos com os estados, precificar cobenefícios e assegurar indicadores transparentes de desempenho.
- Sociedade civil e universidades: Reforçar o MRV participativo, garantir ampla consulta e compartilhamento de benefícios nos projetos, e apoiar a continuidade das políticas públicas.



Metodologia

Este relatório adota uma abordagem **bottom-up**, combinando pesquisa documental, consultas e discussões técnicas conduzidas no âmbito do projeto **Mobilizando Investimentos Verdes para Estados Brasileiros** – financiado pelo UK PACT Brazil e com implementação liderada pelo Climate Group, em parceria com a ERM. O projeto apoiou dez estados brasileiros no fortalecimento de sua capacidade para acessar recursos de financiamento climático novos e adicionais, com foco em mecanismos fiscais e financeiros voltados para a mobilização de capital concessionário, catalítico e comercial.

A análise inicial, realizada junto a três estados parceiros – Mato Grosso, Pernambuco e São Paulo –, permitiu identificar barreiras institucionais, regulatórias e financeiras, além de instrumentos viáveis dentro do arcabouço fiscal brasileiro. Esses resultados fundamentaram a criação de uma Comunidade de Prática, que reuniu representantes das áreas de finanças e meio ambiente de dez estados para troca de experiências e experimentação de soluções.

Por meio de questionários, consultas bilaterais e cinco fóruns técnicos com especialistas nacionais e internacionais em finanças, a Comunidade validou desafios comuns e destacou novos caminhos para o fortalecimento das pipelines, auxiliando na prontidão de projetos para investimentos.



01 Contexto

A NDC 3.0 do Brasil consolidou o compromisso do país com o *federalismo climático*, reconhecendo os governos estaduais como atores indispensáveis para o alcance das metas nacionais de mitigação e adaptação.

Com base na Iniciativa CHAMP (Coalition for High Ambition Multilevel Partnerships), o documento posicionou a política climática como prioridade do Poder Executivo, comprometendo todos os níveis de governo a desenvolver e implementar planos, instrumentos e metas de forma contínua, coordenada e participativa. A NDC 3.0 destaca, por exemplo, o papel dos estados na prevenção e preparação para eventos extremos, bem como na restauração de biomas prioritários, como Amazônia e Cerrado.

Essa abordagem reflete a Constituição de 1988, que descentralizou para os governos estaduais competências em setores fundamentais para a transição, como energia, transporte, educação, saúde, finanças e saneamento. Os estados são responsáveis pela gestão de regiões metropolitanas, energia renovável local, serviços de saneamento, recursos hídricos e infraestrutura pública, além da criação de fundos verdes e fundos soberanos subnacionais. Assim, uma transição efetiva e oportuna é inviável sem sua participação central – contudo, o acesso adequado ao financiamento ainda é limitado.

Em escala global, estima-se que os governos subnacionais implementem cerca de 70% das medidas de mitigação climática e até 90% das ações de adaptação, mas recebam menos de 10% do financiamento climático internacional¹. Essa lacuna entre responsabilidades e recursos ameaça o avanço rumo às metas de alinhamento ao Acordo de Paris.

Diante desse cenário, o projeto *Mobilizando Investimentos Verdes para Estados Brasileiros* desenvolve formas pelas quais os estados podem fortalecer sua prontidão para investimentos e ampliar o acesso a recursos financeiros. As constatações e recomendações dessa análise buscam subsidiar políticas nacionais e subnacionais, orientar provedores de financiamento climático e para desenvolvimento, e estimular maior colaboração entre governos, setor privado, universidades e sociedade civil para acelerar uma transição justa e alinhada ao Acordo de Paris.



1 REGIONS4. "Bridging the Gap: Advancing Subnational Climate Finance – MAIA at COP29." News article, 16 nov. 2024. regions4.org/news/building-the-business-case-for-climate-finance-at-the-subnational-level-maia-at-cop29/. Acesso em: 15 out. 2025.

02 Transformando Planos em Plataformas de Investimento: Construindo Prontidão Institucional

Os governos estaduais desempenham um papel decisivo na tradução dos compromissos climáticos nacionais do Brasil – e de outros países – em resultados concretos. Ao desenvolverem planos subnacionais de transição climática, incluindo estratégias de adaptação e descarbonização, os estados atuam como garantidores das metas nacionais para alinhamento ao Acordo de Paris, adaptando-as às realidades locais. Esses planos fecham o ciclo entre ambição global, compromissos nacionais e implementação efetiva nos territórios.

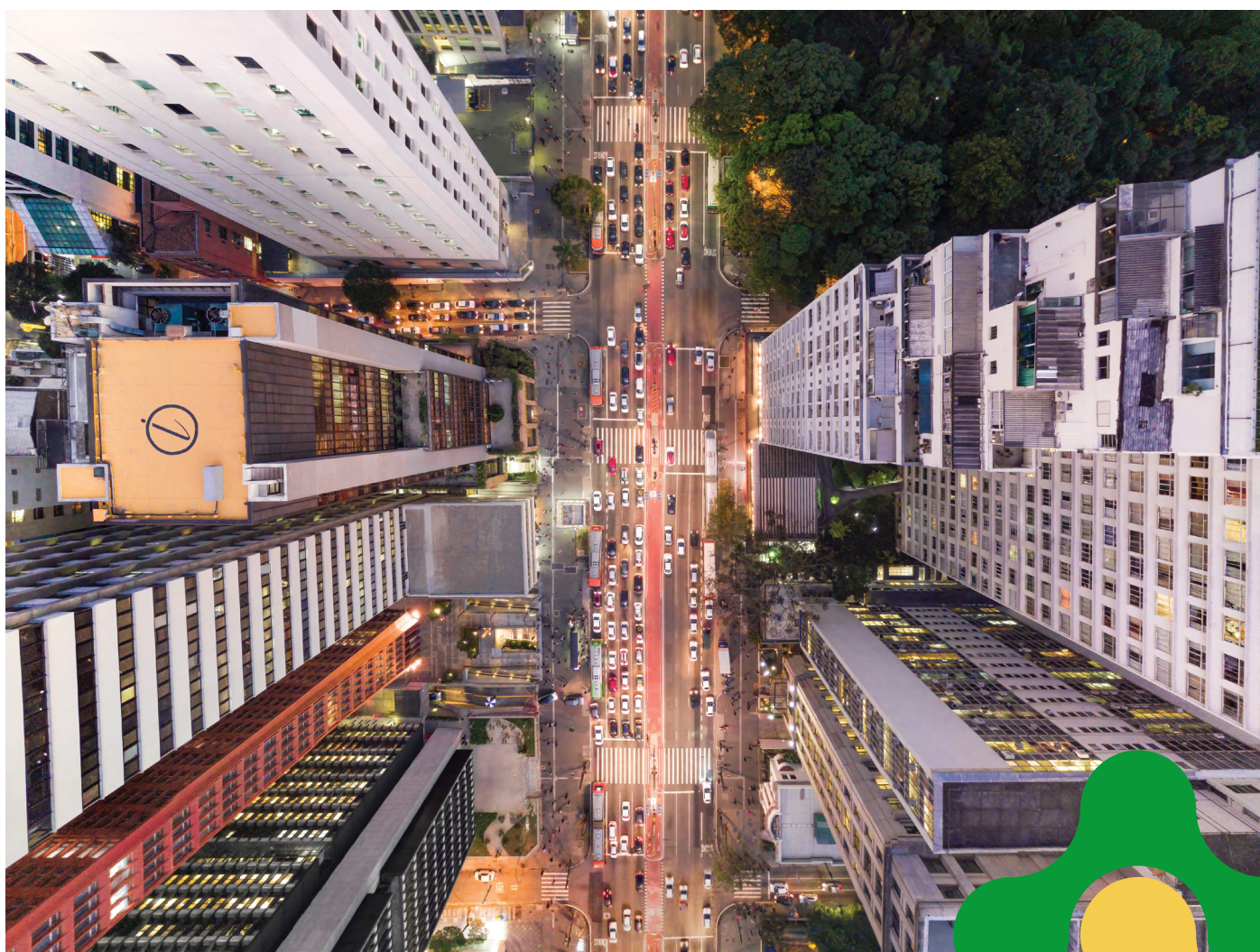
Quando bem estruturados, os planos climáticos vão além da sinalização de ambição: tornam-se plataformas para mobilização de investimentos. Eles oferecem clareza para o mercado ao traduzir objetivos em metas com prazos definidos, prioridades setoriais e indicadores mensuráveis. Essa transparência reduz riscos políticos e regulatórios e ajuda investidores a identificarem oportunidades. Governos que elaboram planos baseados na ciência e voltados a investidores conseguem atrair financiamento não apenas para projetos explicitamente climáticos, mas também para iniciativas em infraestrutura, indústria e serviços – promovendo um desenvolvimento alinhado ao Acordo de Paris².



2 United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP FI). Climate Risk and Financial Institutions: Annual Report 2018. Geneva: UNEP, 2018. www.unepfi.org/publications/climate-change-publications/climate-risk-and-financial-institutions-annual-report-2018/. Acesso em: 15 out. 2025.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) – como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) – comprometeram-se a alinhar 100% de suas operações aos planos climáticos nacionais e subnacionais³. Isso significa que o financiamento concessionário deixará de apoiar tecnologias de alta emissão em processo de descontinuidade ou infraestruturas localizadas em áreas de alto risco sem medidas de resiliência. Em ambos os casos, o desalinhamento com planos climáticos locais torna-se um risco financeiro cada vez mais relevante, tanto para investidores quanto para orçamentos públicos.

Por fim, a transição de um modelo de planejamento projeto-a-projeto (**ad hoc**) para uma abordagem programática – que conecta setores, identifica cobenefícios e amplia escala das ações – fortalece a coerência e a prontidão para investimentos. O planejamento programático permite aos governos mapear sinergias, antecipar riscos e desenhar portfólios capazes de atrair financiamento misto (*blended finance*). Além disso, essa abordagem integra as considerações climáticas à economia como um todo e envia sinais claros e de longo prazo a investidores, empresas e comunidades.



3 Joint MDBs. 2023. Joint MDB Methodological Principles for Assessment of Paris Agreement Alignment of Direct Investment Lending Operations: Version 1.0, jun. 2023. Washington, DC: World Bank Group. documents1.worldbank.org/curated/en/099146306162392732/pdf/IDU0562589c907e1f047980b1b50e63bf0f19447.pdf



Tocantins

Conectando Competitividade e Financiamento Climático

Desenvolvida como um pacto multissetorial e territorial, a *Estratégia Tocantins Competitivo e Sustentável (ESTOCS)* orienta o planejamento de desenvolvimento do estado até 2040, integrando metas de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Fundamentada na premissa de que a competitividade de Tocantins depende do uso sustentável dos recursos naturais, a estratégia posiciona o estado – cuja economia é fortemente impulsionada pelo agronegócio – como um destino promissor para o financiamento verde e climático.

No âmbito da ESTOCS, Tocantins lançou duas iniciativas de destaque. O Projeto SustenTO, financiado com R\$ 83 milhões (US\$ 15,5 milhões) pelo Fundo Amazônia/BNDES, tem como foco o combate ao desmatamento ilegal, o desenvolvimento da bioeconomia e a geração de benefícios socioambientais por meio de ações coordenadas em governança florestal, incentivos a práticas sustentáveis e melhoria do ambiente de negócios⁴.

Em 2023, Tocantins tornou-se o primeiro estado do mundo a submeter um sistema jurisdicional de REDD+ ao padrão ART/TREES, garantindo alta integridade e rastreabilidade dos créditos de carbono. Por meio de um acordo pioneiro com o Mercuria Energy Group, o estado assegurou a compra de todos os créditos gerados até 2030, com potencial de superar 50 milhões de créditos e R\$ 2,5 bilhões em receitas⁵.

Essas iniciativas demonstram como um governo subnacional pode combinar políticas públicas, mercados de carbono e investimentos privados para cobrir custos iniciais e operacionalizar um modelo de desenvolvimento de baixo carbono. Ao alinhar-se a padrões internacionais e envolver financiadores globais, Tocantins consolidou-se como uma referência nacional em financiamento climático jurisdicional e um laboratório de modelos de investimento replicáveis e de alta integridade.

4 Governo do Tocantins. "Projeto SustenTO pleiteia mais de R\$ 83 milhões do Fundo Amazônia para fortalecer a governança florestal e a bioeconomia." Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins (Semarh), out. 2024. secom.to.gov.br/noticia/projeto-sustento-pleiteia-mais-de-83-milhoes-do-fundo-amazonia-para-fortalecer-a-governanca-florestal-e-a-bioeconomia/. Acesso em: 15 out. 2025.

5 Spring, Jake. "Brazil's Tocantins State to offer \$430 million in carbon credits." Reuters, 14 nov. 2024. www.reuters.com/markets/carbon/brazils-tocantins-state-offer-430-million-carbon-credits-2024-11-14/. Acesso em: 24 out. 2025.



Pernambuco

Redefinindo o Crescimento por Meio de uma Economia Alinhada ao Clima

Lançado durante a COP28, o Plano Pernambucano de Mudança Econômico-Ecológica (PerMeie) apresenta a estratégia de longo prazo do estado para uma transição rumo a um modelo econômico sustentável, regenerativo e inclusivo.

O plano integra prioridades econômicas, sociais e ambientais para orientar políticas setoriais e atrair investimentos alinhados à transição climática. Seu objetivo central é direcionar capital público e privado para projetos compatíveis com a descarbonização e a resiliência, evitando investimentos incoerentes com uma economia verde.

A inovação do PerMeie reside em seu desenho transversal e sistêmico, que integra o Plano de Descarbonização do Estado e outros estudos analíticos em cinco pilares: (1) investimento sustentável, (2) mobilização educacional, (3) inovação tecnológica, (4) planejamento territorial e (5) desenvolvimento da bioeconomia. Juntos, esses pilares criam um ambiente favorável à mobilização de financiamento verde em larga escala.

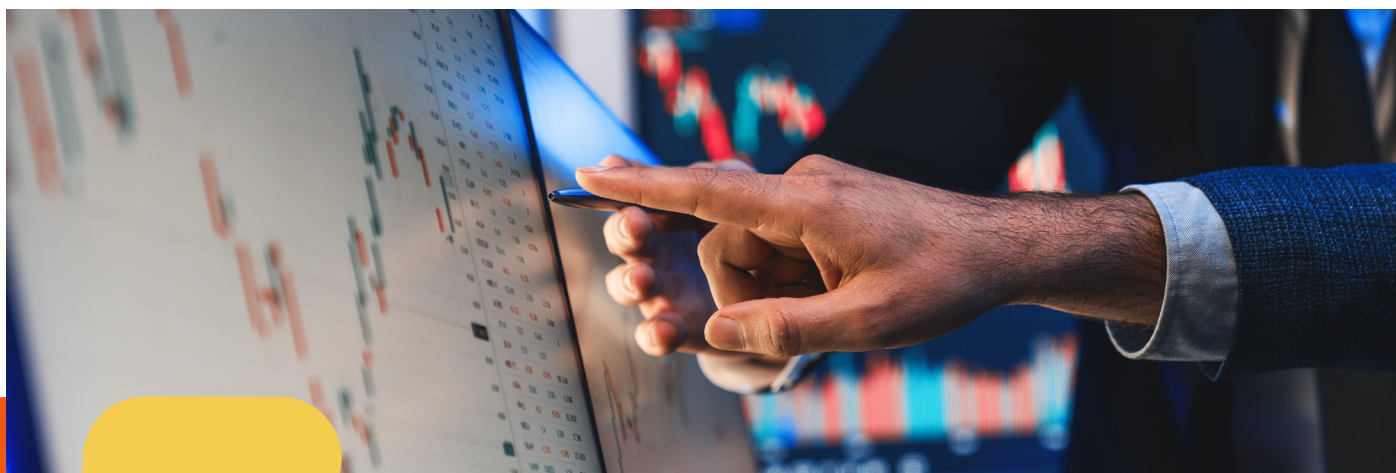
A implementação segue um modelo de governança compartilhada, liderado conjuntamente pelas Secretarias de Meio Ambiente (SEMAS-PE) e de Desenvolvimento Econômico (SDEC-PE), em coordenação com outras pastas, o setor privado e a sociedade civil. O plano também mapeia fontes de financiamento disponíveis em bancos nacionais e multilaterais de desenvolvimento e apresenta um portfólio de investimentos priorizados. Ao combinar planejamento integrado, sinais claros de investimento e governança colaborativa, Pernambuco se posiciona como um referencial nacional na operacionalização de uma transição econômica alinhada ao clima.

As experiências de Tocantins e Pernambuco demonstram que governos subnacionais podem transformar ambições climáticas em estratégias investíveis quando o planejamento de longo prazo é sustentado por estruturas institucionais sólidas. Ambos os estados mostram que planos de transição claros, fundamentados na ciência, em governança inclusiva e em prioridades compreensíveis aos investidores, podem atrair e estruturar financiamento em escala. No entanto, a conversão dessas estratégias em fluxos de investimento sustentáveis depende dos sistemas institucionais e fiscais que as sustentam. O próximo capítulo examina como a governança transversal e os orçamentos alinhados ao clima fortalecem essa base, garantindo que os planos se traduzam em implementação coerente e pronta para financiamento.

03 Fortalecendo as Bases Institucionais: Governança Transversal e Orçamentos Alinhados ao Clima

Para investidores, a maturidade institucional tornou-se tão importante quanto a qualidade dos projetos. Financiadores têm dado prioridade a governos que demonstram coerência entre compromissos climáticos e seus instrumentos de planejamento, orçamento e gestão. Incorporar metas climáticas em planos plurianuais, leis orçamentárias e políticas setoriais sinaliza capacidade de identificar e executar projetos de baixo carbono⁶.

A integração da agenda climática à gestão fiscal – por meio de análises de risco e de mecanismos de marcação orçamentária verde (*green budget tagging*) – está se tornando um pré-requisito para a mobilização de capital de longo prazo⁷. A Taxonomia Sustentável do Brasil reforça essa tendência ao exigir que entidades classificadas como sustentáveis evitem práticas associadas a danos ambientais ou sociais, estabelecendo uma direção que deve se estender também ao financiamento subnacional.



- 6 Climate Policy Initiative (CPI). Strengthening Climate Finance Delivery: The Path from Brazil's G20 Presidency to COP30 (event summary). Rio de Janeiro: CPI, 2024. www.climatepolicyinitiative.org/publication/strengthening-climate-finance-delivery-the-path-from-brazils-g20-presidency-to-cop30/. Acesso em: 27 out. 2025.
- 7 World Bank. "World Bank Group and Brazil's Ministries of Finance and Environment join forces to boost climate investments." Press release, 26 jan. 2024. Washington, D.C.: World Bank. www.worldbank.org/pt/news/press-release/2024/01/26/world-bank-brazil-ministeries-climate-investments. Acesso em: 15 out. 2025.



A governança integrada substitui abordagens fragmentadas por uma tomada de decisão coordenada e multissetorial. A colaboração entre as secretarias de Planejamento, Fazenda, Meio Ambiente, Agricultura e Energia alinha prioridades, fortalece cadeias de valor e evita contradições, como subsídios incompatíveis com metas climáticas. Estados que instituíram comitês intersecretariais ou câmaras técnicas relatam ganhos de capacidade institucional, maior alinhamento de métricas e engajamento de partes interessadas – bases fundamentais para uma governança climática sólida e estável⁸⁹.

A transparência fiscal complementa a coordenação. A maioria dos estados ainda não dispõe de sistemas para rastrear gastos relacionados ao clima, o que limita a eficiência e a visibilidade dos investimentos públicos. Instrumentos como orçamentos climáticos e marcação de despesas temáticas permitem classificar gastos segundo seu impacto climático e vinculá-los a resultados mensuráveis, aumentando a confiança dos investidores. Iniciativas federais, como o ClimateScanner e o PainelClima Brasil do Tribunal de Contas da União (TCU), adicionam uma pressão de cima para baixo, ao auditar o alinhamento entre gastos públicos e metas climáticas e reduzir o risco de investimentos públicos “cegos ao clima”.

8 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Investing in Climate for Growth and Development: Enablers for Effective NDC Implementation. Paris: OECD Publishing, 2023.

9 Global Covenant of Mayors for Climate & Energy (GCoM). “Connecting Projects and Financing: Tools for Brazilian States’ Climate Action.” Press release, 19 ago. 2025. www.globalcovenantofmayors.org/press/connecting-projects-and-financing-tools-for-brazilian-states-climate-action/. Acesso em: 15 out. 2025.



São Paulo

Governança Climática Transversal

O Estado de São Paulo vem fortalecendo sua arquitetura institucional e financeira para avançar na transição de baixo carbono.

A atualização de 2024 da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC) reorganizou a governança e reforçou a coordenação por meio de dois órgãos principais: o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas (CEMC), responsável pela participação de partes interessadas, e o Comitê Gestor da PEMC, instância deliberativa e intersecretarial que integra metas climáticas aos planos e orçamentos setoriais.

Essas estruturas são apoiadas por duas estratégias de longo prazo – o Plano de Ação Climática 2050 (PAC 2050) e o Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática (PEARC) – que oferecem roteiros de descarbonização compreensíveis a investidores.

Uma inovação importante na estrutura financeira do estado é o FINACLIMA, Fundo Estadual do Clima lançado em 2024 para mobilizar recursos públicos e privados voltados a projetos de mitigação e adaptação. Complementarmente, a agência de fomento, Desenvolve SP, administra linhas de crédito verdes, estrutura investimentos alinhados ao clima e apoia municípios no acesso a financiamento.

Esses mecanismos demonstram como São Paulo está convertendo suas estratégias climáticas em programas investíveis, por meio de governança integrada, coerência fiscal e parcerias com o setor financeiro.



Acre

Orçamento Climático Temático

O Estado do Acre é pioneiro na integração da gestão fiscal com prioridades climáticas, por meio da criação de orçamentos temáticos. Com base em experiências bem-sucedidas, como o Orçamento da Criança e do Adolescente e o Orçamento Sensível a Gênero, o estado está desenvolvendo o Orçamento Estadual do Clima, a ser formalizado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026.

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025, o Acre identificou 22 funções orçamentárias com relevância climática direta ou indireta, totalizando mais de R\$ 800 milhões – cerca de 7% do orçamento estadual. Esse mapeamento fornece uma ferramenta transparente para alinhar os gastos públicos às metas climáticas e atrair recursos externos voltados à resiliência, segurança hídrica, resposta a desastres e inclusão de comunidades indígenas e tradicionais.

O Orçamento Climático está estruturado em três pilares: Base técnica – metodologias para identificação e classificação de gastos climáticos; Fortalecimento institucional – capacitação de servidores para integrar o clima à gestão fiscal; e Governança estruturada – sistemas permanentes de monitoramento e prestação de contas.

Ao integrar o orçamento temático à Agenda Climática Estadual e às iniciativas de REDD+, o Acre demonstra como a governança fiscal pode se tornar um instrumento de desenvolvimento sustentável, tornando a ação climática mensurável e apta a receber financiamento.

As experiências de São Paulo e Acre ilustram como a coerência institucional e a transparência fiscal formam a espinha dorsal da prontidão climática subnacional. Quando as prioridades climáticas são incorporadas aos sistemas de governança e orçamento, os estados não apenas fortalecem a prestação de contas, mas também criam as condições habilitadoras que os investidores buscam – previsibilidade, rastreabilidade e credibilidade. O próximo passo para consolidar essa prontidão está em garantir que as informações e os dados de desempenho sejam confiáveis e acessíveis. Sistemas robustos de Monitoramento, Verificação e Reporte (MRV) conectam os arcabouços institucionais a pipelines de projetos, convertendo transparência em confiança e planos em oportunidades de investimento bancáveis.

04 Dos Dados às Decisões: o MRV como Ponte entre Política e Finanças

A capacidade de mensurar e reportar de forma transparente indicadores climáticos é central para a prontidão de investimento em nível subnacional. Junto aos orçamentos climáticos, sistemas robustos de Monitoramento, Verificação e Reporte (MRV) ajudam os governos a identificar lacunas, priorizar projetos e acompanhar o progresso em relação às metas de mitigação e adaptação.

Um MRV eficaz requer capacidade institucional para monitorar emissões, vulnerabilidades e a implementação de políticas em setores como energia, educação, agricultura e planejamento urbano.

Sistemas sólidos de MRV conferem credibilidade e rastreabilidade – qualidades cada vez mais exigidas por financiadores. Eles fornecem relatórios consistentes e baseados em evidências sobre riscos, impactos e cobenefícios, fortalecendo a prestação de contas e permitindo a melhoria contínua das políticas públicas¹⁰. Ao transformar dados em conhecimento, esses sistemas aumentam a confiança de bancos de desenvolvimento, investidores e cidadãos.

Os mercados financeiros também estão evoluindo em direção à verificação de impacto. Estruturas como o TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures) e o TNFD (Taskforce on Nature-related Financial Disclosures) agora se estendem a entidades públicas, promovendo maior transparência e comparabilidade. Paralelamente, reformas na arquitetura financeira global têm levado bancos de desenvolvimento e instituições financeiras de fomento a demonstrar resultados mensuráveis, impulsionando instrumentos como o financiamento baseado em resultados (Results-Based Finance – RBF). Um exemplo é o BID Clima, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que concede um rebate de 5% após a verificação dos indicadores de desempenho (KPIs) pré-acordados.

Assim, um sistema confiável de MRV tornou-se tanto um imperativo de governança quanto financeiro – transformando transparência em confiança e conectando a prontidão institucional a resultados investíveis.



10 United Nations Development Programme (UNDP). "Climate transparency is key to unlocking finance and development." Blog post, 11 jun. 2025. climatepromise.undp.org/news-and-stories/climate-transparency-key-unlocking-finance-and-development. Acesso em: 15 out. 2025.



Minas Gerais

MRV Climático como Ferramenta de Gestão e Investimento

O Estado de Minas Gerais desenvolveu uma plataforma integrada de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) – o MRV Climático – com o objetivo de promover transparência, rigor técnico e efetividade em sua política climática.

Lançada em 2024 como o painel de controle do Plano de Ação Climática de Minas Gerais (PLAC-MG), a plataforma acompanha 28 ações setoriais, 103 subações e 199 metas mensuráveis distribuídas entre mitigação, adaptação, inovação e justiça climática. Dentre elas, 22 metas prioritárias foram selecionadas como pilotos, cada uma com indicadores, metodologias e fontes de dados claramente definidos, visualizados por meio de um painel público e online de fácil acesso.

Para garantir liderança política e coordenação de alto nível, o estado criou o Comitê Intergovernamental de Energia e Mudanças Climáticas, presidido pelo Vice-Governador e composto por secretarias estratégicas – como Energia, Transportes, Agricultura e Defesa Civil. Essa estrutura assegura que o MRV seja um instrumento de apoio à tomada de decisão, e não apenas uma ferramenta de reporte.

A plataforma de acesso aberto integra inventários de gases de efeito estufa, um atlas de eventos climáticos extremos e o monitoramento em tempo real das metas do PLAC, fortalecendo a prestação de contas e permitindo ajustes rápidos de rota. Ao identificar áreas de baixo desempenho e realocar recursos de forma estratégica, o sistema incorpora o MRV como uma ferramenta de gestão adaptativa.

Sob a ótica financeira, o MRV de Minas Gerais aumenta a credibilidade e reduz a assimetria de informações para os financiadores. O sistema já apoia negociações de financiamento baseado em resultados com bancos multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Essa experiência demonstra como dados confiáveis e governança transparente não apenas aprimoram a execução de políticas, mas também criam as bases para o desenvolvimento de pipelines de projetos bancáveis e orientados a resultados – foco do próximo capítulo.

05 Desenvolvendo Pipelines Investíveis

A mobilização do financiamento climático em nível subnacional depende da capacidade dos governos estaduais de estruturar projetos bancáveis – iniciativas que transformam a ambição climática em soluções viáveis e investíveis. Um projeto bancável demonstra alinhamento claro com metas climáticas, um modelo financeiro sólido e capacidade institucional para implementar e reportar resultados mensuráveis¹¹.

Instituições financeiras internacionais avaliam a bancabilidade com base no princípio da dupla materialidade:

- Materialidade climática, que mede a contribuição do projeto para mitigação ou adaptação e sua adicionalidade climática (benefícios que não ocorreriam sem intervenção).
- Viabilidade financeira, que reflete custos realistas, projeções de receita e perfis equilibrados de risco e retorno^{12,13}.



- 11 Green Climate Fund (GCF). Climate Investment Criteria and Project Eligibility. Incheon: GCF, 2020. www.greenclimate.fund/publications. Acesso em: 18 jun. 2025.
- 12 Climate Policy Initiative (CPI). Making the Climate Transition Happen: Structuring Projects and Investments. São Paulo: CPI/PUC-Rio, 2023. www.climatepolicyinitiative.org/publication/fazendo-a-transicao-climatica-acontecer/. Acesso em: 18 jun. 2025.
- 13 World Bank. Transforming Climate Finance in Practice: Approaches to Enhance Bankability. Washington, D.C.: The World Bank Group, 2022. www.worldbank.org/en/topic/climatechange/publication/transforming-climate-finance. Acesso em: 18 jun. 2025.

Esses critérios orientam as decisões de bancos multilaterais e bilaterais. Investidores privados são essenciais para essa transformação de toda a economia, seja em operações de risco e retorno já aceitáveis ou em mecanismos financeiros como de *blended finance*, que combinam diversos tipos de capital para reduzir riscos e ampliar o volume de investimento climático¹⁴.

A bancabilidade deve ser vista como um elemento estratégico da prontidão institucional, e não como um fim em si mesma. A integração da perspectiva financeira desde as fases iniciais do desenho de projetos permite que os estados direcionem recursos de forma eficiente, reservando o orçamento público para áreas de baixa bancabilidade – como a adaptação e soluções baseadas na natureza com foco no longo prazo – e alavancando financiamento adicional para projetos escaláveis. Incorporar um “teste de bancabilidade” na formulação de projetos amplia o acesso a mecanismos internacionais de financiamento e ancora a ação climática em trajetórias financeiramente sustentáveis¹⁵.



- 14 Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Blended Finance in the Least Developed Countries 2020: Supporting a Resilient COVID-19 Recovery. Paris: OECD Publishing, 2020. doi.org/10.1787/57620d04-en. Acesso em: 18 jun. 2025.
- 15 Green Climate Fund (GCF). Programming Climate Finance for Impact: GCF Strategic Plan 2024–2027. Incheon: GCF, 2023. www.greenclimate.fund/sites/default/files/document/gcf-strategic-plan-2024-2027.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.



Piauí

Estruturação de Projetos Bancáveis para o Desenvolvimento Rural Inclusivo

O Estado do Piauí adotou uma abordagem multissetorial para estruturar projetos de alta bancabilidade, alinhando prioridades sociais e ambientais.

O projeto emblemático Piauí Sustentável e Inclusivo (PSI) promove o desenvolvimento rural resiliente em regiões semiáridas por meio de uma operação de crédito internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Avaliado em US\$ 147,5 milhões (sendo US\$ 118 milhões de recursos externos e US\$ 29,5 milhões de cofinanciamento), o PSI é executado de 2023 a 2029, com foco nas bacias dos rios Piauí e Canindé – áreas marcadas pela escassez hídrica e pela pobreza¹⁶.

Baseado em diagnósticos e estudos territoriais alinhados ao plano plurianual do estado, o PSI entrega resultados mensuráveis nas dimensões climática, social e econômica. Seus três componentes principais – Segurança hídrica e saneamento rural, Agricultura inteligente para o clima e restauração de terras, e Fortalecimento institucional – combinam adicionalidade climática com viabilidade financeira.

Sob a liderança da Secretaria de Planejamento, com participação de órgãos de meio ambiente e agricultura, o projeto assegura coordenação intersetorial e integra um sistema robusto de MRV (SIGMA) para o acompanhamento de resultados. Essa transparência reforçou a confiança dos financiadores e posicionou o Piauí como referência nacional para estados que buscam transformar ambição política em portfólios investíveis.

¹⁶ Inter-American Development Bank (IDB). "Brazil – Integrated project for water security, environmental sustainability and socio-product development of the Piauí and Canindé rivers basin, State of Piauí – Sustainable and Inclusive Piauí (PSI) (Loan BR-L1542)." Washington, D.C.: IDB, 12 out. 2022. www.iadb.org/en/project/BR-L1542. Acesso em: 25 out. 2025.



Rio de Janeiro

Financiando Restauração e Resiliência

O Rio de Janeiro vem desenvolvendo mecanismos financeiros inovadores para tornar a restauração de ecossistemas e a resiliência climática mais atrativas para investimento. O Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), uma entidade privada sem fins lucrativos e de interesse público, criada por emenda constitucional em 2017, canaliza recursos de compensação ambiental, obrigações legais e doações para projetos de conservação em escala. Desde 2009, o fundo já mobilizou cerca de R\$ 750 milhões (US\$ 138 milhões) nas nove regiões do estado.

Seus portfólios temáticos, especialmente o de restauração florestal, ilustram a bancabilidade climática na prática. Ao agregar obrigações fragmentadas de restauração, o fundo atraiu cofinanciamento do BNDES, garantindo R\$ 120 milhões em recursos não reembolsáveis. O programa emblemático Florestas do Amanhã, anunciado na COP26, visa restaurar 440 mil hectares da Mata Atlântica até 2050, sequestrando cerca de 159 milhões de toneladas de CO₂ e promovendo biodiversidade e geração de empregos verdes.

Esse êxito reflete a coordenação entre as Secretarias de Meio Ambiente e Planejamento e o alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social (PEDES), que incorpora metas ambientais ao planejamento orçamentário. A experiência do Rio de Janeiro demonstra que governança robusta, marcos legais claros e instituições capacitadas podem transformar obrigações ambientais em investimentos bancáveis com impacto climático em larga escala.

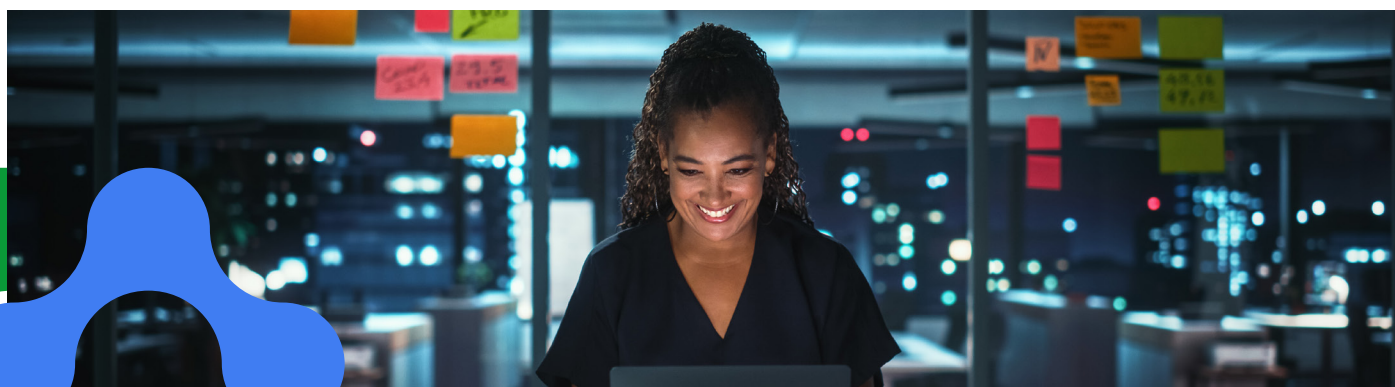
As experiências de Piauí e Rio de Janeiro confirmam que a bancabilidade de projetos emerge quando prontidão institucional, transparência de dados e desenho financeiro convergem. À medida que os estados brasileiros aprimoram sua capacidade de estruturar investimentos viáveis e orientados para o impacto, o próximo desafio está em garantir que esses projetos contem com os instrumentos de viabilização adequados – mecanismos financeiros capazes de escalar projetos-piloto para portfólios integrados. O próximo capítulo explora como parcerias entre atores, salvaguardas socioambientais e métricas de cobenefícios sustentam a credibilidade e desbloqueiam capital para uma transição justa e alinhada ao Acordo de Paris.

06 Além das Consultas: Engajamento Estratégico de Stakeholders

A bancabilidade dos projetos climáticos depende não apenas de sua solidez técnica e financeira, mas também de um engajamento significativo com atores-chave – municípios, empresas, sociedade civil, universidades e instituições financeiras. O engajamento estratégico reduz riscos sociais, políticos e financeiros, amplia a legitimidade local e fortalece a confiança dos investidores.

Embora as consultas públicas permaneçam uma salvaguarda essencial, os financiadores agora esperam uma participação mais ampla ao longo de todo o ciclo do projeto – desde o cofinanciamento e a coimplementação até o monitoramento participativo e a avaliação de impactos¹⁷. A colaboração com diferentes parceiros pode abrir novas fontes de receita, melhorar a viabilidade financeira e aumentar aceitação social. Por exemplo, a participação do setor privado pode viabilizar mecanismos como os pagamentos por desempenho, pagamentos por serviços ecossistêmicos ou tarifas vinculadas à adaptação. Já as parcerias com universidades e a sociedade civil contribuem, por exemplo, com dados e inovação, enquanto os municípios podem facilitar a execução e replicação de componentes bem-sucedidos.

O engajamento mais amplo também mitiga o risco político – uma preocupação central de investidores em contextos subnacionais – ao promover continuidade entre ciclos eleitorais e compartilhamento de responsabilidades e resultados. Em suma, a transição de uma abordagem baseada em consultas para uma de colaboração estruturada transforma o engajamento de stakeholders de uma simples salvaguarda em um pilar da prontidão para investimentos climáticos.



¹⁷ Inter-American Development Bank (IDB). Blended Finance Toolkit. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2017.



Rio Grande do Sul

Governança Multinível para Adaptação e Resiliência

O Rio Grande do Sul é pioneiro na governança climática multinível, ao envolver seus 497 municípios em um processo coordenado de diagnóstico, planejamento e ação por meio do Roadmap Climático, lançado na COP29.

Sob a liderança da Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA-RS) e com apoio do Climate Future Fund da Under2 Coalition, a plataforma interativa consolida dados municipais sobre governança, emissões, riscos e planos climáticos.

Até 2025, 436 municípios (mais de 90%) haviam contribuído para o diagnóstico inicial, possibilitando aprendizado horizontal e agregação de demandas e oportunidades para o financiamento programático. O Roadmap está conectado ao Fórum Gaúcho de Mudanças Climáticas e às comissões municipais de clima, garantindo diálogo permanente entre os níveis estadual e local. Em um estado onde quase todos os municípios enfrentaram emergências climáticas nos últimos cinco anos, essa cooperação resultou em iniciativas como o Programa Adaptacidades, que utiliza diagnósticos municipais para elaborar planos regionais de adaptação.

A experiência do Rio Grande do Sul demonstra que um engajamento estruturado e multinível pode transformar ações locais em políticas climáticas coordenadas, fortalecendo a prontidão e a credibilidade necessárias para a mobilização de financiamento.



Ceará

Engajamento Multissetorial no Porto do Pecém

O Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Ceará, exemplifica como a colaboração entre governo estadual, setor privado, municípios e comunidades locais pode criar um ecossistema de desenvolvimento sustentável alinhado a uma transição energética justa. Com 70% de propriedade do Governo do Ceará e 30% do Porto de Roterdã, o complexo conta com mais de US\$ 24 bilhões em investimentos privados anunciados para projetos de hidrogênio verde¹⁸.

Esse sucesso se apoia em uma coordenação contínua com investidores e comunidades locais. O “Pacto por Pecém” – um compromisso de 50 anos firmado com os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante – mapeia necessidades sociais e prioridades de desenvolvimento, estabelecendo consultas públicas permanentes, fóruns comunitários e investimentos em educação, capacitação e inclusão. A parceria com o Instituto Federal de Educação garante formação de mão de obra alinhada às demandas industriais locais.

O Complexo de Pecém também incorpora critérios de gênero e inclusão, reconhecidos pelo Selo Prata de Equidade de Gênero concedido pelo Governo do Estado. Ao alinhar interesses empresariais e comunitários, o Ceará fortaleceu simultaneamente a confiança dos investidores e a legitimidade local – transformando o engajamento social em uma base para o crescimento de longo prazo e de baixo carbono.

As experiências de Rio Grande do Sul e Ceará confirmam que investimentos climáticos bem-sucedidos são aqueles socialmente ancorados e cocriados. Parcerias estruturadas entre múltiplos atores reduzem riscos, estimulam inovação e garantem apoio político e comunitário. O próximo capítulo explora como a integração de salvaguardas e frameworks de cobenefícios consolida essa base, transformando integridade em atratividade para investimentos e ampliando a ação climática justa e de alto impacto.

¹⁸ Teles, Carla. “With US\$ 24 billion already secured, Brazilian city prepares to have the largest green hydrogen plant in the world.” Click Petróleo e Gás, 6 jul. 2025. en.clickpetroleogas.com.br/com-us-24-bilhoes-ja-garantidos-cidade-brasileira-se-prepara-para-ter-a-maior-usina-de-hidrogenio-verde-do-mundo-ctf01/. Acesso em: 15 out. 2025.

07 Garantindo Impacto: Gestão de Riscos Socioambientais e Fortalecimento de Cobenefícios

O desenvolvimento de projetos climáticos bancáveis requer não apenas impacto mensurável, mas também aderência a padrões de integridade socioambiental.

Esses padrões definem como identificar e mitigar riscos – por meio de salvaguardas – e como maximizar cobenefícios, isto é, impactos positivos adicionais que vão além do objetivo principal do projeto. Em conjunto com sistemas robustos de Monitoramento, Verificação e Reporte (MRV), esses mecanismos asseguram transparência, consistência e credibilidade na avaliação dos projetos.

Do ponto de vista financeiro, riscos socioambientais não gerenciados podem se traduzir em perdas materiais, danos reputacionais e atrasos de execução. Instituições como o Green Climate Fund (GCF), os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e iniciativas específicas de financiamento, como a Iniciativa Internacional de Clima da Alemanha (IKI), exigem que os proponentes demonstrem processos de avaliação, prevenção e mitigação de danos potenciais, ao mesmo tempo em que maximizam benefícios sociais e ambientais¹⁹.

Por outro lado, projetos que identificam e quantificam cobenefícios – como conservação da biodiversidade, inclusão de gênero ou resiliência comunitária – aumentam tanto sua efetividade quanto seu atrativo para investidores. Essa abordagem é refletida nas taxonomias sustentáveis adotadas pela União Europeia, México e Brasil, que definem atividades sustentáveis como aquelas que contribuem substancialmente para pelo menos um objetivo, sem causar danos significativos, e em conformidade com salvaguardas mínimas.



¹⁹ Green Climate Fund (GCF). Environmental and Social Safeguards. In: GCF – Sustainability and inclusion. [S.l.]: GCF, [2023?]. www.greenclimate.fund/projects/sustainability-inclusion/ess. Acesso em: 18 ago. 2025.



Mato Grosso

Salvaguardas de Alta Integridade em Programas Jurisdicionais de REDD+

O Mato Grosso é pioneiro na aplicação de salvaguardas socioambientais em programas jurisdicionais de REDD+. Desde 2017, o programa REDD Early Movers (REM) do estado recompensa resultados verificados de conservação florestal. Para acessar os pagamentos, o estado criou um Sistema de Salvaguardas Socioambientais alinhado às Salvaguardas de Cancún, adotadas na COP16 (2010). Os sete princípios inscritos no sistema garantem participação plena de comunidades indígenas e tradicionais, proteção da biodiversidade e conformidade com a legislação nacional.

A implementação inclui mapeamento de riscos, integração de medidas de mitigação em editais e operação de instâncias participativas de governança, com representação de comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas. Todas as atividades exigem consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e mecanismos transparentes de repartição de benefícios – pilares da legitimidade e da equidade nos resultados.

O estado também capacitou lideranças locais para monitorar o cumprimento das salvaguardas, promovendo a detecção precoce de problemas e fortalecendo a confiança entre instituições e comunidades. Esse monitoramento participativo demonstra que as salvaguardas não são entraves burocráticos, mas instrumentos estratégicos de bancabilidade. Ao incorporar a integridade socioambiental desde o início, Mato Grosso evitou disputas, fortaleceu a confiança dos investidores e garantiu credibilidade de longo prazo para suas iniciativas de financiamento climático.

A experiência de Mato Grosso reforça uma lição central: integridade socioambiental não é um complemento – é uma pré-condição para a investibilidade. Quando salvaguardas, cobenefícios e mecanismos de transparência são incorporados desde a concepção do projeto, eles transformam credibilidade em capital. O próximo e último capítulo sintetiza esses aprendizados, apresentando como os governos subnacionais podem consolidar esses seis pilares para mobilizar financiamento climático na escala e velocidade necessárias para uma transição justa e alinhada ao Acordo de Paris.



Recomendações

A terceira NDC do Brasil confirma o que a prática já demonstra: os governos estaduais são indispensáveis para o alcance das metas climáticas nacionais. Eles detêm instrumentos-chave nos setores de energia, transporte, saneamento, uso da terra e finanças, mas continuam enfrentando um déficit persistente de financiamento. Embora os atores subnacionais executem a maior parte das ações com efeitos diretos em termos de mitigação e adaptação, apenas uma fração dos recursos climáticos disponíveis chega até eles.

Este relatório demonstra que essa lacuna pode ser reduzida quando a prontidão institucional e a preparação de projetos são tratadas como prioridades investíveis. Seis pilares determinam, de forma consistente, a capacidade de um estado mobilizar financiamento em escala: Planos de transição climática como plataformas de investimento; Governança transversal e orçamentos verdes; Sistemas robustos de monitoramento, verificação e reporte (MRV); Critérios de bancabilidade de projeto, baseados em adicionalidade climática e viabilidade financeira; Engajamento estruturado de stakeholders; Salvaguardas de alta integridade e métricas claras de cobenefícios.

Recomendações para os Governos Estaduais

- *Institucionalizar a coordenação:* Criar um conselho climático ou comitê intersecretarial de gestão com poder deliberativo, incluindo representantes das áreas de finanças e, quando possível, de bancos ou agências estaduais de desenvolvimento.
- *Planejar e estruturar pipelines:* Publicar um plano estadual de transição climática com setores prioritários e uma estrutura para o desenvolvimento de uma pipeline de projetos climáticos bancáveis.
- *Alinhar finanças e políticas:* Implementar marcação orçamentária climática e análises de risco fiscal; capitalizar ou criar fundos estaduais para ancorar mecanismos de *blended finance*, com foco na atração em escala de investimentos.
- *Mensurar e divulgar:* Lançar plataforma pública de MRV, alinhada a indicadores e padrões de verificação compreensíveis para investidores, possibilitando a identificação de lacunas, oportunidades e atração de financiamentos baseados em resultados.
- *Desenvolver projetos com foco em bancabilidade:* Integrar considerações financeiras desde a origem dos projetos, buscando viabilidade financeira por meio de garantias, cofinanciamento, vinculação a desempenho e abordagens por portfólio.
- *Estabelecer parcerias:* Formalizar acordos multinível com municípios, setor produtivo, sociedade civil organizada, academia e instituições financeiras; adotar salvaguardas mínimas e quantificação de cobenefícios para aprimorar a elegibilidade e o impacto dos projetos.

Recomendações para Outros Atores

- *Governo Federal e reguladores:* Alinhar taxonomias, estruturas de transparência e regras fiscais aos pipelines subnacionais; oferecer assistência técnica e linhas de crédito compatíveis com os ciclos orçamentários estaduais.
- *Bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs), instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) e fundos climáticos:* Financiar a prontidão institucional – governança, orçamentos, MRV e salvaguardas – como componentes de projetos; priorizar abordagens programáticas e jurisdicionais; expandir instrumentos de garantia, financiamento baseado em resultados e documentação padronizada para reduzir custos de transação.
- *Investidores privados e intermediários:* Participar da cocriação de projetos desde as fases iniciais com estados e bancos estaduais; precificar cobenefícios verificados; e comprometer-se com indicadores transparentes (KPIs) e verificação independente.
- *Sociedade civil, universidades e comunidades:* Coproduzir dados, fortalecer o MRV participativo, garantir o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) e mecanismos de repartição de benefícios, além de pressionar pela continuidade de políticas e projetos climáticos ao longo dos ciclos políticos.



Conclusão

O avanço nesses seis pilares oferece um modelo replicável para acelerar o financiamento climático subnacional no Brasil e além. Planejamento programático, orçamentos alinhados ao clima, MRV transparente, foco na viabilidade financeira, parcerias inclusivas e salvaguardas críveis transformam planos em portfólios investíveis. O aumento dessas capacidades funciona para a consolidação de bens públicos duradouros – aumentando a eficiência fiscal, protegendo políticas de ciclos políticos e destravando financiamento concessionário e comercial. Ao aproveitar as lições da prática estadual brasileira, governos em todo o mundo podem fortalecer as bases de uma transição justa e alinhada ao Acordo de Paris, enquanto reduzem a lacuna persistente de financiamento subnacional.



Agradecimentos

Este relatório foi preparado com o auxílio de Jebi Rahman, Monica Mat e Vanessa Power do Climate Group, e Felipe Nestrovsky e Melissa Battistella da ERM.

Estendemos nossa sincera gratidão aos estados e especialistas cujos dados, experiências e soluções fundamentam este relatório.

Este documento recebeu contribuições e foi posteriormente revisado pelos representantes dos governos estaduais da Comunidade de Prática: Roseneide Mendonça de Sena Caldera e Denysclei Bandeira (Governo do Acre); José Wilker de Freitas Sales, Tayná das Chagas Lemos, Alberto Antunes e Silva Oliveira e João Guilherme Aracena (Governo do Ceará); Renata Maria de Araújo e Ana Paula Ramos (Governo de Minas Gerais); Daniel de Araújo Marçal e Célio Pitanga (Governo do Piauí); Telmo Borges Silveira Filho e Amanda Rodrigues de Carvalho Pinto (Governo do Rio de Janeiro); Daniela Mueller de Lara, Diogo Fernando Heck e Ricardo de Carly Luz Andreazza (Governo do Rio Grande do Sul); André Schatz Pellicciotti, Stefano Gatti W. de Andrade Lima e Ricardo Pedro Guazzelli Rosario (Governo de São Paulo); Maurício Moleiro Philipp, Caroline Chichorro, Suely Costa e Eliani Fachim (Governo do Mato Grosso); Marli Teresinha dos Santos (Governo do Tocantins); Karla Godoy, Afonso Reis e Julia Neves (Governo de Pernambuco).

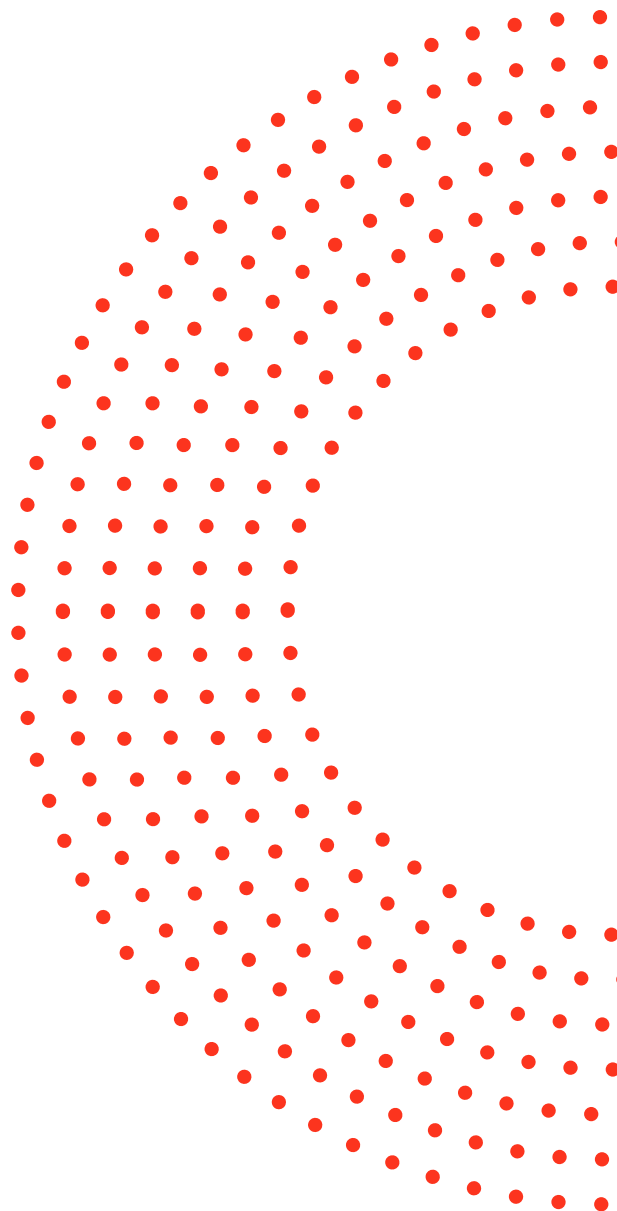
Agradecemos também as contribuições de especialistas: Keilla Farias Castro (Complexo do Pecém), Marina Aragão (The Nature Conservancy), Carlos Eduardo Lustosa (Tribunal de Contas da União – TCU), Vilmar Francisco Thewes (Banco do Brasil), Gabriella Costa Ferreira (Global Fund for Cities Development – FMDV) e Nathalie Badaoui Choumar (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID).





**“
A terceira NDC do
Brasil confirma o que
a prática já demonstra:
os governos estaduais
são indispensáveis para
o alcance das metas
climáticas nacionais.**

Mobilizando investimentos verdes nos estados brasileiros



The Climate Change Organisation (Climate Group) com Número de Registro da Empresa: 4964424 E Número de Registro de Caridade: 1102909
The Climate Group, Inc. é uma organização sem fins lucrativos registrada como entidade 501(c)3 nos Estados Unidos com Número de Identificação do Empregador (EIN) 43-2073566.
M/s TCCO India Projects Private Limited com número de identificação U74999DL2018PTC334187
Stichting Climate Group Europe, com número de identificação (KVK) 87378426 da Câmara de Comércio.